



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Nº: 176/2016

O INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, no uso das atribuições que lhes são conferidas no Inciso IV do Artigo 5º da Lei Complementar nº 248 de 02 de julho de 2002, e fundamentada no Decreto Estadual nº 1.777-R de 08 de janeiro de 2007, expede a presente Licença Ambiental, requerida através do Processo nº 55144209 de 19-04-2016 :

I. DADOS DO EMPREENDIMENTO / PROPRIEDADE

Razão Social: CESAN - COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO
CNPJ: 28151363000147
Endereço: RUA MANOEL DA SILVEIRA, S/Nº -
Bairro/Loteamento: SEDE
Município/Estado: IBATIBA / ES
CEP: 29395-000

II. INFORMAÇÕES DO LICENCIAMENTO / ATIVIDADE

Nº Solicitação: 16332
Endereço da Atividade: RUA MANOEL DA SILVEIRA - S/N - SEDE
IBATIBA ES - 29395-000
Atividade/ Solicitação: ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE IBATIBA NAS COORDENADAS
UTM 237370 / 7759730 (WGS84).
Total licenciado: 50,000 (L/S) LITROS POR SEGUNDO
Válida do dia: 06/05/2016 AO 05/05/2020 (1460 DIAS).

III. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. Esta licença foi emitida com fundamento na Instrução Normativa nº. 012, de 18 de setembro de 2008, publicada em 22 de setembro de 2008;
2. Esta Licença não inibe ou restringe de qualquer forma ou ação dos demais órgãos e instituições fiscalizadoras e não desobriga a empresa de obtenção de autorizações, anuências, laudos, certidões, certificados ou outros documentos previstos na legislação vigente;
3. Apresentação obrigatória da Licença expedida pelo Órgão Ambiental sempre que a atividade for vistoriada;
4. Requerer renovação desta Licença até 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento;
5. A constatação da operação da atividade em desacordo com as informações prestadas quando do requerimento da licença ou com as condicionantes acima, sujeitarão a empresa, seus representantes, seu responsável técnico e os contratados envolvidos às penalidades administrativas previstas em lei, além de serem adotadas as providências para responsabilização civil e criminal;

Flavia Karina Rangel de Godoi
Gerente de Controle Ambiental
IEMA/DT/GCA

Cariacica, 6 de Maio de 2016

Confira a autenticidade deste documento em <http://iema.sislam.com.br/autenticidade>

Código de autenticidade: 2330a274d9e49c9